

# A INFLUÊNCIA DA AFETIVIDADE DOCENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Anny Eduarda Domingues<sup>1</sup>  
Brunna Lopes Sampaio<sup>2</sup>  
Cindy Thuane Martins Alves<sup>3</sup>  
Letícia Villatore Bortolan<sup>4</sup>  
Josiane Gonçalves Santos<sup>5</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem por finalidade discorrer a respeito da influência que a afetividade docente representa no processo de alfabetização e letramento dos discentes. Desta forma, a escolha do tema se justifica a partir do interesse desta prática docente em sala de aula no que se refere a afetividade e sua influência no processo de ensino-aprendizagem da alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Com o intuito de aprofundamento no tema a pesquisa tem por objetivo discutir a influência da afetividade docente no processo de alfabetização e letramento. Para tanto, buscou responder a questão: “Qual a influência da afetividade docente no processo de alfabetização e letramento?”. O principal referencial teórico utilizado foi: Wallon (1978), Freire (2004), Ferreiro (1991), Teberosky (1999) e Cagliari (1998). A hipótese é a de que a afetividade influencia no processo de alfabetização e letramento. A pesquisa utiliza-se do método dialético, afim de se ter um embasamento teórico para afirmar e refutar as hipóteses apresentadas durante o desenvolvimento da pesquisa. O método

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. *E-mail*: anny.domingues.3@outlook.com

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. *E-mail*: brunnadulcesampaio@hotmail.com

<sup>3</sup> Aluna do Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. *E-mail*: cindythuane@gmail.com

<sup>4</sup> Aluna do Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. *E-mail*: leticiabortolan@hotmail.com

<sup>5</sup> Orientadora da Pesquisa. Mestra em Educação. Pedagoga. Professora das disciplinas de Educação, Currículo, Avaliação do Ensino e Aprendizagem, Linha de Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação, Gestão Educacional, Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico da FAE Centro Universitário. *E-mail*: josiane.santos@fae.edu

dialético com a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias. O trabalho faz o uso da pesquisa exploratória e qualitativa, onde é desenvolvida uma revisão de literatura.

Palavras-chave: Afetividade Docente. Alfabetização. Letramento.

## INTRODUÇÃO

Tão importante quanto as metodologias de ensino utilizadas no cotidiano escolar é o espaço que a afetividade ocupa na construção do conhecimento. O afeto, tema que gera muitas discussões na área educacional, traduz um conceito pouco explorado e muitas vezes desconhecido pelos professores, frequentemente é confundido com gestos de amor e carinho.

Esta é uma pesquisa bibliográfica, em que se refletiu sobre a influência da afetividade docente no processo de alfabetização e letramento, bem como suas contribuições no contexto escolar.

Com essa compreensão, o objetivo geral desta pesquisa é discutir a influência da afetividade no processo da alfabetização e do letramento, tendo como objetivos específicos conceituar a afetividade docente no cotidiano escolar; compreender o processo de alfabetização e letramento e estabelecer uma relação entre a afetividade docente e a alfabetização e letramento.

A realização da pesquisa surgiu da curiosidade por parte das pesquisadoras sobre a relação professor-aluno, e sua influência no processo de ensino-aprendizagem da alfabetização e do letramento. Com o intuito de aprofundamento no assunto, a fim de que os professores também compreendam a afetividade dentro desse contexto disciplinar, elencou-se a hipótese “a afetividade docente influencia no processo de alfabetização e letramento”, investigando o que autores discorrem sobre o tema.

Inicialmente foram apresentados conceitos de afetividade, bem como sua influência na aquisição de novos conhecimentos, direcionando a pesquisa para as relações afetivas, pois, conforme afirma Wallon (1978), tais trocas ocorrem entre o meio e o ser.

Para esclarecer os conceitos de alfabetização e letramento, utilizou-se como principal base teórica os seguintes autores: Ferreiro (1999), Teberosky (1999) e Cagliari (1998). Por meio de um estudo realizado nos documentos e livros desses teóricos, é possível compreender os processos necessários para que o estudante adquira a leitura e a grafia com eficácia, bem como sobre a legislação vigente que ampara os alunos e a prática docente durante o período de alfabetização e letramento.

Também foram apresentadas as mudanças da escola, as novas metodologias e as adequações feitas pelos profissionais para o desenvolvimento do estudante.

Por fim, analisou-se a relação entre a prática docente e o processo de alfabetização e letramento, a relevância da junção de ambos para uma educação de qualidade.

## 1 REVISÃO DA LITERATURA

A afetividade interfere de maneira significativa no desenvolvimento humano. Presente em todos os períodos da vida, pode ser exercida por qualquer pessoa ou pelo meio que envolve o indivíduo, sendo estreitamente ligada ao cognitivo e o processo de aprendizagem.

Para se entender melhor este conceito é fundamental conhecer seu significado. Queiroz (2008, p. 13) define a afetividade como um “Conjunto de fenômenos psíquicos – emoções, sentimentos e paixões – acompanhados sempre de sensações como dor ou prazer, satisfação ou insatisfação, agrado ou desagrado, alegria ou tristeza”. Michaelis (2008, p. 23), apresenta ainda o afeto como a “qualidade de quem é afetivo. Suscetibilidade a quaisquer estímulos ou disposição para receber experiências afetivas”.

Piaget (1983) menciona que a afetividade e a cognição são indissociáveis e atuam em aspectos complementares, pois o pensamento é sempre unido a um significado afetivo. Para Galvão (1996, p. 45):

Apesar de alternarem a dominância, afetividade e cognição não se mantêm como funções exteriores uma a outra. Cada uma, ao reaparecer como atividade predominante num dado estágio, incorpora as conquistas realizadas pela outra, no estágio anterior, constituindo-se, num permanente processo de integração e diferenciação.

Dessa forma, o indivíduo pode ser compreendido como um conjunto funcional resultante das suas vivências. Assim, a escola se torna um espaço de vivências, que favorecem ao sujeito perceber a existência de outras pessoas, outros saberes e outras atitudes. Neste local se encontram as diferenças de saberes e atitudes, oportunizando a reflexão sobre si mesmo e o outro. É na escola que os estudantes tendem a estabelecer vínculos e relações afetivas (RANGHETTI, 2002).

Pereira (2017, p. 27) salienta que “se não há troca de emoções e afetos, não há amadurecimento emocional”, logo não há aprendizagem efetiva, pois o sucesso educacional parte também da afetividade. Se faz então necessário que o professor desenvolva confiança em seus discentes. Pereira (2017, p. 18) destaca que “estes profissionais são fulcrais na transição para o acolhimento, funcionando como “porto de abrigo” a crianças”.

Maldonado (1994), ao analisar a prática docente, salienta que atitudes frequentemente ríspidas que o professor mantenha com seus alunos podem fazer com que os mesmos criem um bloqueio quanto à relação interpessoal dentro da sala. Neste sentido, o profissional que se mostra ríspido e sobrecarrega de atividades seus educandos, pode contribuir para que os mesmos desenvolvam um posicionamento severo.

Em contrapartida, o professor afetuoso que troca informações com seus alunos, busca conhecê-los não somente como turma, mas como seres pensantes e atuantes dentro da sociedade, acaba por envolvê-los em sala de aula, tornando a aprendizagem prazerosa e significativa. Levando em consideração a atuação do professor como um dos principais articuladores da afetividade dentro da instituição escolar. Bueno (2011, p. 1) destaca que:

É muito melhor aprender e ensinar quando existe afeto envolvido. Afeto não é apenas beijinhos, palavras melosas. Afeto é afetar. É o compromisso de transformar o outro. O coletivo. É desafiar, abrir caminhos. É dar as mãos, é generosidade. [...] o afeto está na preparação da aula. Nas escolhas do professor. Na voz, no toque, nos pequenos gestos. No silêncio, na forma como esse avalia. Aprendi que nada vale estar em uma superescola, com um supermaterial, num superespaço, numa superlinha pedagógica se não há seres capazes de afetar e dispostos a serem afetados pelos outros! Afeto é o que fica. Esse afeto que percebe que o educar se faz nas miudezas. É ele que vai além de toda tecnologia pedagógica atual.

Percebe-se que a afetividade ocorre dentro do cotidiano escolar naturalmente, estando presente em atividades em sala de aula, brincadeiras livres, jogos pedagógicos e principalmente no diálogo.

Ranghetti (2002, p. 89), afirma que a afetividade “dá o brilho a relação pedagógica, desencadeando o convívio da razão com a emoção num movimento com a vida, do interior para o exterior do ser e vice-versa”. Portanto, se faz relevante que o professor interfira em benefício do desenvolvimento dos seus educandos.

## 1.1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Durante muitos séculos, a única preocupação em relação a escrita, era ter alguém que pudesse decifrar os símbolos e as gravuras encontradas, ou seja, havia uma obrigação em se ter uma pessoa que fosse capaz de traduzir códigos escritos (LAGOA, 1990, p. 34). Aquele que conhecia estes códigos era considerado alfabetizado. Como traz Cagliari (1998, p. 14), a alfabetização, em seu termo primitivo/tradicional é conceituada como “saber ler o que aqueles símbolos significavam e ser capaz de reproduzi-los seguindo o mesmo padrão já apresentado”.

Ferreiro (1995) também apresenta em seus estudos o conceito sobre a alfabetização como uma “função da relação entre o método utilizado e o estado de “maturidade” ou de “prontidão” da criança”. Uma pessoa alfabetizada é aquela que domina as habilidades básicas para fazer o uso da leitura e da escrita.

O termo letramento, conforme afirma Soares (2009, p. 33), é um termo bastante atual na educação, sendo mencionado pela primeira vez em 1986. Termo inglês *literacy*, originado do latim *littera*, se refere à “letra”. A palavra *literacy* poderia então ser decomposta da seguinte forma: *littera* (letra) + *cy* (condição ou estado de). Soares (2009) interpreta esta definição da seguinte forma: *literacy* é “a condição de ser letrado”. Essa nova concepção coloca o indivíduo na condição de ir além do saber ler e escrever, o faz compreender esses saberes da língua como fundamentais para sua rotina.

O letramento é entendido como algo mais específico, uma fase que se complementa com a alfabetização. Neste sentido,

[...] entende-se alfabetização como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilita ao aluno ler e escrever com autonomia. Entende-se letramento como o processo de inserção e participação na cultura escrita. Trata-se de um processo que tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade (placas, rótulos, embalagens comerciais, revistas, etc.) e se prolonga por toda a vida, com a crescente possibilidade de participação nas práticas sociais que envolvem a língua escrita (leitura e redação de contratos, de livros científicos, de obras literárias, por exemplo). Esta proposta considera que alfabetização e letramento são processos diferentes, cada um com suas especificidades, mas complementares e inseparáveis (BRASIL, 2007, p. 13).

Desse modo, as crianças descobrem, antes mesmo de entrarem em contato com um ensino formal, que escrever não é a mesma coisa que desenhar, pois a alfabetização é desenvolvida dentro e fora da sala de aula. É um processo que ocorre desde os primeiros contatos da criança com a escrita, quando convive com rótulos, propagandas, nomes de ruas, placas, receitas, jornais e entre outros, fazendo com que o indivíduo levante hipóteses e procure conhecer o significado (FERREIRO, 1999). Aprender a ler e a escrever só faz sentido quando implica na inclusão social, fazendo com que a criança compreenda o mundo em que vive.

Para Freire (2004), a criança é vista como sujeito histórico, social, produtora de cultura, ativa e criativa, portanto, não deve ser vista apenas como um corpo que precisa de cuidado.

Conforme, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, promulgado em 1990, a criança se encontra como um sujeito de direitos e estes devem ser garantidos pela família, pela comunidade, pelo poder público e pela sociedade em geral. No que se refere ao direito à educação, o ECA atribui ao Estado o papel de protagonista de garantir a oferta de vagas para todas as crianças, visando uma educação que cumpra com os direitos garantidos pela legislação.

Este é um avanço extremamente significativo dentro da educação, pois se reconhece o direito da infância a “políticas públicas de proteção e cuidado, de educação, saúde, alimentação, em espaços públicos, com recursos públicos e com profissionais públicos” (ARROYO, 2011, p. 180).

Para melhor entendimento das políticas públicas voltadas para o processo de alfabetização e letramento, se faz necessário entender sua função. Segundo Teixeira (2002, p. 2):

[...] são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Neste âmbito dos direitos, analisando o contexto nacional, a Constituição Federal (BRASIL, 1988), documento destinado a assegurar direitos e deveres dos brasileiros, trouxe avanços significativos para várias áreas da sociedade, inclusive para a educação. Com isso, a escola e os professores passaram a ter mais responsabilidade pela garantia do aprendizado, tendo o dever de ensinar.

Assim, conforme determina o artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), também assegura os direitos dos estudantes, regularizando a educação dos brasileiros. Trata no artigo 32 do principal objetivo do ensino fundamental:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Nessa mesma concepção, a promulgação da Lei Federal 11.274, de 06 de fevereiro do ano de 2006, tornou obrigatória a oferta de um ensino de nove anos de Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, para todas as escolas do país, tendo entre seus objetivos a melhoria desta etapa da escolaridade.

Conforme o PNE, a determinação legal (Lei nº 10.172/2001, meta 2 do Ensino Fundamental) de implantar progressivamente o Ensino Fundamental de nove anos, pela inclusão das crianças de seis anos de idade, tem duas intenções: “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade”. (BRASIL, 2004).

Vale destacar que o Plano Nacional de Educação - PNE, inicialmente publicado em 2001 e baseado no Projeto de Lei 4.155/98, surge num contexto de pressão popular em defesa da escola pública, preenchendo a lacuna presente desde a Constituição de 1988 e requerida também pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Se constitui como um conjunto de medidas que devem ser adotadas, de forma gradual, ao longo de dez anos, se sustentando sob três eixos. O PNE traz a educação como direito inalienável do cidadão, a educação como alavanca de desenvolvimento socioeconômico e cultural e a educação como instrumento imprescindível do enfraquecimento da pobreza.

Juntamente com a lei 11.274/06, o PNE conduziu a educação brasileira para uma melhoria, formalização o processo de alfabetização e letramento como direito público subjetivo, logo que, a meta 5 do documento propõe a alfabetização de todas as crianças, até no máximo, o terceiro ano da primeira etapa do ensino fundamental.

Partindo do pressuposto de que, enquanto política pública, o PNE também se constitui como lei, este deve servir como referência para as ações dos professores em sala de aula.

Para que tal medida se cumprisse, o governo desenvolveu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (BRASIL, 2012), que se constitui em um programa de largo alcance, sendo assumido pelo Governo Federal, pelo Distrito Federal, e pelos Estados e Municípios, cobrindo todo o território nacional.

Isso pressupõe que esferas governamentais, universidades, escolas e professores assumam a tarefa de garantir aos educandos o direito de se apropriarem do sistema de escrita para que possam resolver as diversas situações cotidianas as quais exigem tal conhecimento.

## 1.2 A PRÁTICA DOCENTE

Durante muito tempo o professor manteve uma prática tradicional, em que o conteúdo era memorizado pelos estudantes e medido por meio de avaliação, as metodologias deixaram de ser uniformizadoras. Segundo Morin (2000), em uma sociedade globalizada não se deve insistir em um conhecimento descontextualizado



e fragmentado. O papel do professor passa por uma transformação, onde a educação é destinada a promoção do homem, e o discente é o principal responsável pela troca que ocorre dentro da sala de aula.

De acordo com Junckes (2013), a atuação dos professores vem se remodelando, pois é necessário que as demandas da criança sejam atendidas, não só transmitindo conhecimento, mas buscando a interação e estimulando os estudantes a desenvolverem suas habilidades e concretizarem iniciativas e sonhos. Conforme Freire (1996, p. 25), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção”.

Reforçando essa ideia, Behrens (2013, p. 55) salienta que “o ensino como produção de conhecimento propõe enfaticamente o envolvimento do aluno no processo educativo”. O professor deve propor situações compatíveis com o cotidiano dos estudantes, buscando relacioná-las com os novos conteúdos, pois, segundo Perrenoud (2000, p. 54) “a atividade que não tem nenhum componente escolhido pelo aluno tem poucas chances de envolvê-lo”.

O professor que corrige, aponta e pune os erros de maneira excessiva pode prejudicar a elaboração de um pensamento crítico e autônomo dos discentes.

Enquanto professor, o que se espera alcançar é um ser crítico, reflexivo e criativo, que seja capaz de transformar a sociedade na qual está inserido. Para tanto, é essencial que o docente construa sua prática pautada no conhecimento, invista na formação continuada e troca com outros professores, pois, para Freire (2003, p. 79), “O professor tem que conhecer o conteúdo daquilo que ensina. Então para que ele ou ela possa ensinar, ele ou ela tem primeiro que saber”, ou seja, além de saber o conteúdo, o educador deve saber ensinar o conteúdo.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 38), o professor deve apropriar-se do papel de facilitador da aprendizagem. Para isso, deve “conhecer as condições socioculturais, expectativas e competências cognitivas dos alunos” e criar objetivos para serem alcançados em conjunto.

Também é necessário conhecer conceitos básicos como educação, sociedade, aprendizagem, conhecimento para o êxito da sua atuação. Assim o professor deve também conhecer a realidade de seus alunos, como vivem e se relacionam com o meio, sendo possível assim se aproximar de sua classe. Compreendendo seus discentes, o professor tem a possibilidade de atuar e interferir positivamente no processo educacional e na sua formação como indivíduos de direitos e deveres (JUNCKES, 2013).

Santos (2007), reforça que a educação não deve apenas formar trabalhadores para as exigências do mercado de trabalho, mas cidadãos críticos capazes de transformar um

mercado de exploração em um mercado que valorize o conhecimento de cada indivíduo, proporcionando-os uma compreensão do mundo em que vivem e estimulando sua participação na sociedade.

A questão metodológica não é a essência da educação, apenas uma ferramenta. Por isso, é preciso ter idéias claras a respeito do que significa assumir um ou outro comportamento metodológico no processo escolar. É fundamental saber tirar todas as vantagens dos métodos, bem como conhecer as limitações de cada um (CAGLIARI, 1998, p. 38).

Freire (2003) menciona que os sistemas de ensino precisam fornecer o apoio necessário, favorecendo a qualificação do professor. Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas, de materiais, de métodos para uma aula dinâmica é indispensável que o professor entenda que a curiosidade faz parte da humanidade.

O professor precisa saber como acontece o processo de aquisição do conhecimento de seus estudantes, de como eles se situam em termos de desenvolvimento emocional e de como eles vêm evoluindo no processo de interação social, podendo assim encaminhar o processo de aprendizagem de forma agradável e produtiva. Dessa maneira, o docente estará mais livre para selecionar métodos e técnicas, buscando os rumos e o ritmo que identificar melhor para sua turma, sendo apontado como mediador do conhecimento. Bulgraen (2010, p. 31), destaca:

Sem dúvida, o professor além de ser educador e transmissor de conhecimento, deve atuar, ao mesmo tempo, como mediador. Ou seja, o professor deve se colocar como ponte entre o estudante e o conhecimento para que, dessa forma, o aluno aprenda a “pensar” e a questionar por si mesmo e não mais receba passivamente as informações como se fosse um depósito do educador.

O professor deve assim construir e reconstruir seu fazer em sala de aula, fazendo com que seu trabalho seja mediado por uma prática reflexiva de sua própria ação, objetivando superar suas falhas e desenvolver aspectos positivos, tanto no que se refere à interação professor-aluno, como na qualidade do processo de aprendizagem (BORTONI-RICARDO, 2004).

Os documentos criados em prol da educação auxiliam o profissional a conhecer mais sobre o trabalho que deve ser realizado em sala de aula. De acordo com o artigo 13 da LDB (1996, p. 42), os docentes incumbir-se-ão de:

- I - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - Participar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

- III - Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - Ministrando os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Freire (1991, p. 42) indica que a escola deve propiciar a todos “condições de aprender e criar, de arriscar-se, de perguntar, de crescer”. O professor deve oportunizar aos discentes o aproveitamento destas ações. Seguir as leis estabelecidas, pesquisar e favorecer o processo de ensino e aprendizado de seus alunos.

### 1.3 A RELAÇÃO ENTRE AFETIVIDADE DOCENTE E LETRAMENTO

Historicamente a formação dos professores esteve orientada pelas práticas que valorizam a assertividade, processos de memorização e resolução de problemas, eliminando praticamente as questões de afeto das salas de aula. Contudo, a pesquisa mostra que ambos não precisam ser trabalhados de maneiras separadas.

O letramento pode ser entendido como “resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita” (SOARES, 2009, p. 39), sendo considerado assim um fenômeno mais amplo, que ultrapassa os limites da escola. Kleiman (2008, p. 18), afirma que pode-se interpretar o letramento como um “conjunto de práticas sociais, que usam a escrita [...] em contextos específicos, para fins específicos”. Desta forma, a escola passa a ser apenas um meio formal para as várias maneiras que o letramento pode ser adquirido (KLEIMAN, 2008).

Por sua vez a afetividade pode ser definida como a capacidade de um indivíduo em ser afetado, pelo outro, pelo meio e pelas condições impostas a ele. Wallon (1978), tendo em vista esses conceitos identifica que, se um sujeito está no processo de ensino-aprendizagem, ele está sendo afetado, tanto de maneiras positivas quanto negativas, porém um processo não pode ser isolado do outro.

Levando em consideração que nas salas de aula não há espaços para ouvintes e transmissores de conhecimento e sim locutores e interlocutores que dialogam entre si, usando diferentes meios de comunicação, destaca-se a importância de se ter afeto nas relações cotidianas, pois como protagonistas nesse processo, professor e aluno estão em contato a todo momento, desde que o pensamento pedagógico se tornou mais prático e substituiu os processos mecânicos (GADOTTI, 2007).

Sendo assim, se faz de fundamental importância esse olhar sensível do professor, pois dessa forma o mesmo fará com que o aluno seja afetado de uma maneira positiva, tornando a sua ação uma prática agradável em sala, desenvolvendo o interesse do educando. Freire (2004, p. 43) também enfatiza que:

É preciso, por outro lado, reinsistir em que não se pense que a prática educativa vivida com afetividade e alegria, prescindida da formação científica séria e da clareza política dos educadores ou educadoras. A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, da permanência do hoje.

Entende-se então, que a afetividade é presente em sala de aula, mas isso, de acordo com Freire (2004), não é tudo que um professor deve oferecer para aqueles que frequentam suas aulas, ao contrário, um docente deve entender que o afeto é apenas um dos meios para se alcançar o objetivo esperado. Para Bernardo (2016, p. 9):

[...] o trabalho docente não se detém apenas a uma categoria e sim a várias qualidades aliadas, para a atuação no ambiente educador. Estando por um lado o ser humano afetivo que cuida, zela, educa com satisfação e, por outro a figura do profissional que precisa atuar com a responsabilidade de trabalhar os conteúdos curriculares, dos quais as crianças precisam para seu crescimento intelectual, na constante busca do uso das mais variadas metodologias, aptas ao estímulo dos educandos para a sua real aprendizagem.

Desse modo, pode-se dizer que um aprendizado efetivo é aquele que envolve o raciocínio lógico, com as análises e a imaginação da criança juntamente ao afeto e as emoções trazidas por ambos os participantes desse processo de alfabetização.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa fundamentou-se do método dialético, caracterizando-se como discussão de diversos pontos de vista sobre um mesmo assunto. Segundo Gil (2008, p. 13) “[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade [...]”. Portanto, faz-se necessário compreender cada parte individualmente, para que o contexto seja avaliado futuramente como um todo.

Em seu desenvolvimento, a pesquisa se caracterizou como exploratória, ou seja, aproximando os envolvidos do propósito de descobrir a influência da afetividade docente no processo de alfabetização e letramento.

Com a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias a pesquisa exploratória traz grande relevância, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Para o levantamento bibliográfico, utilizou-se da leitura de livros e artigos no que diz respeito a afetividade, bem como alfabetização e letramento, entre diversos autores destacam-se Wallon (1978), Vigotsky (2009), Freire (2004), Ferreiro (1991), Teberosky (1999) e Cagliari (1998). Com base neste referencial teórico procurou-se compreender como a afetividade entre professor e aluno pode interferir no processo da alfabetização e do letramento.

## 2.1 PESQUISA

A pesquisa buscou trabalhar conceitos que se fazem indispensáveis na rotina de um professor atuante nos anos iniciais do ensino fundamental, fornecendo subsídios teóricos para melhorar sua competência técnica docente. Utilizando para tanto a pesquisa bibliográfica que, conforme esclarece Boccato (2006, p. 266):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

Abordando definições de conceitos popularmente conhecidos, mas pouco explorados, analisamos os significados a partir da concepção de diversos autores da área educacional, a fim de explicar a influência docente no processo da alfabetização e do letramento.

Wallon (1978) teve grande contribuição para as discussões realizadas sobre a afetividade. A afetividade realiza um papel relevante na formação e no desenvolvimento das inteligências. Defende a integração dos aspectos afetivos e cognitivos dentro do contexto escolar.

Freire, patrono da educação brasileira, marcou a educação por suas práticas revolucionárias, onde alegava que qualquer pessoa poderia aprender a ler e a escrever em dois meses. Essa visão está diretamente ligada à afetividade, pois a educação seria um ato de amor, e este ato auxiliaria os educandos no processo da alfabetização, ocasionando uma reflexão dos mesmos sobre seus papéis políticos e sociais dentro da sociedade (*ibidem*).

Ferreiro e Teberosky (1999) trazem suas contribuições para a pesquisa no que se refere à alfabetização e ao letramento. Ambas demonstram uma preocupação em diferenciar os termos apresentados e introduzi-los na rotina escolar, levando em consideração as especificidades que cada conceito gera no processo de aquisição da leitura e da escrita.

Cagliari (1998) trouxe inúmeras contribuições para a pesquisa. Proporcionou às pesquisadoras uma análise bibliográfica, desde as fases da escrita até as metodologias e conceitos atuais.

Além dos autores citados acima, se fez uma análise nas leis vigentes no país, a fim de conhecer os amparos legais que garantem os direitos das crianças em seus processos de formação e desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a afetividade na relação entre professor e aluno, a pesquisa propõe uma reflexão sobre a influência da afetividade docente no processo de alfabetização e letramento.

O desenvolvimento do ser humano se faz permeado por momentos afetivos e cognitivos que não atuam de maneiras separadas, e sim de forma articulada, onde conteúdos formais, como o domínio da linguagem escrita, são associados ao afeto. Deste modo observamos a importância da afetividade permear todo o trabalho docente, relacionando o afeto às práticas em sala de aula.

Para que o educando tenha seus direitos garantidos conforme estabelecido pela legislação brasileira vigente, o professor precisa, além de outras atribuições, assumir uma postura reflexiva sobre sua docência, compreendendo que a criança, antes pertencente apenas à um grupo formado por familiares e amigos, agora se encontra em um mundo de novas descobertas.

A partir da literatura utilizada ao longo da pesquisa foi possível concluir que a afetividade é um mecanismo essencial na aprendizagem, sendo impossível desconsiderá-la do processo de ensino-aprendizagem, pois a mesma tem a capacidade de despertar um maior envolvimento com o desejo de aprender.

Um ensino baseado na mera transmissão de conteúdos sem levar em conta o aspecto afetivo do estudante, ocasionando dificuldade no relacionamento professor-aluno e, conseqüentemente, uma aprendizagem incompleta.

É imprescindível, que no contexto escolar seja dada especial atenção à articulação afetividade/aprendizagem em diversas situações, considerando-a como fundamental na prática pedagógica.

Por meio do referencial teórico pesquisado, constatou-se que os docentes em sala não devem proporcionar apenas atividades relacionadas aos aspectos cognitivos, mas devem também, utilizar-se da afetividade em suas diferentes manifestações,

usando-a em favor da aprendizagem sempre beneficiando as relações existentes em sala e os conhecimentos prévios dos discentes.

Portanto, a afetividade é um aspecto mediador e facilitador de todo o processo de ensino-aprendizagem, em especial nos primeiros anos do ensino fundamental, onde ocorre o processo de alfabetização e letramento.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BERNARDO, Maria Missilene de Souza. **A importância da pedagogia da afetividade no processo de alfabetização de crianças do ensino fundamental**. 2016. 144 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Luís Gomes, 2016. Disponível em: <[https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/2630/6/Almport%C3%A2nciaDaPedagogiaDaAfetividade\\_Artigo\\_2016.pdf](https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/2630/6/Almport%C3%A2nciaDaPedagogiaDaAfetividade_Artigo_2016.pdf)>. Acesso em: 5 ago. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 01 maio 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Obra Coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Lívia Céspedes. 18. ed. Atual e Ampliada. São Paulo: Saraiva, 2011. (Coleção Saraiva de Legislação.)

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática (3º e 4º ciclos)**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/matematica.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL. **Pró-letramento: alfabetização e linguagem**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de apoio à gestão Educacional. **Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa: formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação**. Brasília, DF: MEC, SEB, 2012.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 34-43, mar. 2006.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BUENO, Marcelo Cunha. **As coisas que o afeto ensina**. São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <[HTTP://marcelocunhabueno.blogspot.com.br/2011/07/as-coisas-que-o-afeto-ensina.html](http://marcelocunhabueno.blogspot.com.br/2011/07/as-coisas-que-o-afeto-ensina.html)>. Acesso em: 15 abr. 2019.



BULGRAEN, Vanessa Cristina. O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento. **Conteúdo**, Capivari, v. 1, n. 4, ago./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/46/39>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

CAGLIARI, Luiz Carlos. A respeito de alguns fatos do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita pelas crianças na alfabetização. In: ROJO, R. (Org.). **Alfabetização e letramento: perspectivas linguísticas**. Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 16-24.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1998.

FERREIRO, Emilia. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1991.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Trad. de Diana Myrian Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Angela Maria do Espírito Santo. **Concepções de Alfabetização**. 2007. Salvador: SMEC; CENAP, 2007.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GALVÃO, Izabel. **Henry Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora: Atlas, 2008.

JUNCKERS, Rosani Casanova. **A prática docente em sala de aula: mediação pedagógica**. In: SIMPÓSIO SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 1., 2013, Tubarão. **Anais...** Tubarão, 2013. Disponível em: <[http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/simpof/artigos\\_v%20sfp/Rosani\\_Junckers.pdf](http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/simpof/artigos_v%20sfp/Rosani_Junckers.pdf)>. Acesso em: 2 ago. 2019.

KLEIMAN, Angela Bustos. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

LAGOA, Ana. Afinal, o que é alfabetizar? **Nova Escola**, São Paulo, v.      qa8, n. 12, p. 23-45, ago. 1990.

MALDONADO, Maria Tereza. Aprendizagem e afetividade. **Revista de Educação AEC**, São Paulo, v. 23, n. 91, p. 34-39, jun. 1994.

MICHAELIS. **Dicionário escolar de língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

MORAN, Edgar. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000. Disponível em: <<http://www.juliotorres.ws/textos/textosdiversos/SeteSaberes-EdgarMorin.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

PEREIRA, Tânia da Silva; COLTRO, Antônio Carlos Mathias; OLIVEIRA, Guilherme de. **Cuidado e afetividade**: projeto Brasil/Portugal. São Paulo: Atlas, 2017.

PERRENOUD. Philippe. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIAGET, Jean. **Problemas de Psicologia Genética**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 35-57. (Coleção Os pensadores).

QUEIROZ, Tânia Dias (Coord.). **Dicionário prático de pedagogia**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2008.

RANGHETTI, Diva Spezia. Afetividade. In: FAZENDA, Ivani. **Dicionário em construção: interdisciplinariedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 38-45.

SANTOS, Luana Grazielle dos. Um estudo sobre a cartilha da infância. [188?], de Thomas Galhardo. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Cuiabá, v. 7, n. 3, n.12, abr. 2007.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2019.

WALLON. Henri. **Do ato ao pensamento**. Lisboa: Moraes Editores, 1978.